



GERALDO COELHO DIAS, OSB

**BIBLIOTECA DE ALEXANDRIA:
O HELENISMO E A DINÂMICA CULTURAL DOS
JUDEUS.**

I – Introdução.

Com Alexandre Magno (336-323), filho de Filipe da Macedónia, a Grécia esforçou-se por espalhar ao longe e ao largo a cultura e a mentalidade humanista dos gregos. As conquistas de Alexandre implantavam, entre os povos conquistados, uma espécie de iluminismo cultural, onde a língua, os costumes e a arte dos gregos ganhavam foros de potência civilizadora. Após a conquista do Egipto, em 332 AC, lançaram-se as bases duma nova cidade, aberta aos novos ventos da cultura e da arte gregas, livre das peias da teosofia pagã egípcia e independente do culto dos mortos, que tanto subjugava a vida do povo egípcio.

Na verdade, Morto Alexandre, o seu poder é repartido pelos seus dois generais maiores: Seleuco, donde deriva a dinastia dos Selêucidas, ficará com a parte norte do império, com sede em Antioquia; o sul, com predominância do Egipto, ficará para Ptolomeu I ou Lago, e dará lugar à dinastia dos Lágides. Todos eles se esmeraram em difundir e impor o helenismo, mas serão os Ptolomeus que, junto ao Mediterrâneo, na parte ocidental do Delta do Nilo e em frente da ilha de Faros, irão construir a nova cidade de Alexandria; ela seria como que a sede irradiadora da força do helenismo e da racionalidade humana, que ele impunha. O homem com sua inteligência seria o propulsor e a medida do progresso, da cultura, da religião e da arte. Desse modo e nesta linha de ideias, o grego comum, língua universalizada – **KOINÈ** – tornou-se o veículo de comunicação universal em todo o Médio Oriente, numa espécie de diálogo cultural entre povo grego e civilizações orientais.

Com o objectivo de promover o helenismo e toda a sua cultura é que se construiu a célebre Biblioteca de Alexandria. Terá sido em meados do século III AC (cerca de 252 AC), quando governava o Egipto Ptolomeu II, Filadelfo. Ali se reuniria todo o empório do saber: literatura, história, filosofia, religião, arte, matemática, astrologia, medicina. Calímaco (305-240AC) foi o bibliotecário que elaborou o primeiro catálogo, que ocupava 120 rolos de papiro. Estima-se que chegasse a ter entre 400.000 a 1 milhão de papiros. Em 642 DC, foi destruída num incêndio casual. Há pouco, em 2002, foi inaugurada a nova Biblioteca de Alexandria, algo de grandioso senão mesmo megalómano, financiada pela UNESCO e pelo governo egípcio, com o custo total de 200 milhões de Euros. Pretendeu-se que fosse uma biblioteca à altura do seu passado lendário, preparada para as novas tecnologias e com espaço para 8 milhões de livros.

II - Os Judeus e o helenismo.

Em princípio, por força do monoteísmo hebraico e das prescrições da Lei – Torá -, os judeus não só se fecharam ao helenismo como o combatiam. Na verdade, aquela filosofia de vida, a estranheza das categorias lógicas do pensamento aristotélico, a concepção idealista do universo segundo Platão, o ecletismo e sincretismo religioso, tudo isso aparecia aos judeus como algo de oposto à sua religião e à tradição dos antepassados. Por outro lado, a grandeza e beleza dos edifícios urbanos, como hipódromo, teatro, ginásio, tudo isso parecia um atentado à grandeza, beleza e santidade do Templo de Jerusalém. Por isso, dado a ocupação dos selêucidas invasores, os judeus revoltaram-se no tempo de Antíoco IV, Epifanes (174-164AC), e isso levou, de seguida, à guerra dos Macabeus. Todavia, entre o I Século AC e o I século DC, o helenismo conseguiu ganhar foros de cidadania em Jerusalém, e a obra do rei Herodes é disso significativa demonstração. Até o NT fala de helenistas (gregos), certamente judeus que viviam em Jerusalém e se tinham helenizado (Act. 6,1; 9,29; 11,20).

Todavia, não podemos ignorar que, desde o Cativo de Babilónia, em 586 AC, os judeus conheceram o fenómeno da emigração ou *Diáspora*, que determinou a fixação de comunidades judaicas em terras pagãs ou helenistas numa espécie de sementeira pelo mundo. A Diáspora – essa sementeira - contribuirá, pois, em grande medida, para essas comunidades entre pagãos se abrirem à cultura helenista, pelo menos a nível linguístico e cultural. Será sobretudo no Egipto que isso mais se evidenciará com a dinâmica cultural dos judeus, traduzindo a Torá ou Lei para a língua grega por causa dos muitos judeus que tinham perdido o contacto com a língua mãe.

De facto, desde longa data, século V-IV A.C., ou período persa, havia uma comunidade judaica de soldados e comerciantes na ilha de Elefantina, em pleno rio Nilo, frente a Assuan, cuja vida nos é conhecida pelos papiros de Elefantina, com o célebre templo de Yaho, forma abreviada de Javé. A maior parte da documentação está escrita em aramaico, e apesar de mostrar, por parte dessa comunidade, uma grande fidelidade religiosa, testemunha também dificuldades de relacionamento com a população local egípcia e aponta até para uma certa hostilidade, que terá levado à destruição do templo de Yaho. O isolamento e a distância, em relação a Alexandria, parecem ter livrado esta comunidade judaica da tentação do helenismo.

Em contrapartida, sabemos que, em Alexandria, vivia uma grande comunidade judaica, que não pôde esquivar-se à influência helenística, quer do ponto de vista da língua, quer do pensamento e até do modo de viver.

III – Helenismo e Bíblia.

Os judeus consideram sagrado o texto hebraico da sua Bíblia, a “Bíblia massorética”, como se ele tivesse sido revelado; mas, sem dúvida, não houve um texto único da Bíblia, e sim um texto plural. Contudo, no Cânone hebraico da Bíblia, isto é, no catálogo dos seus livros sagrados, só são contados como tais aqueles que obedecerem a 3 critérios: 1 – Estarem escritos em hebraico; 2 – Não conterem erros contra a tradição judaica; 3 – Serem expressamente aprovados pelos mestres. Foi o Concílio de Jâmnia, cerca do ano 90 DC, que definiu tais parâmetros e contou apenas 39 livros da Bíblia Sagrada, na medida em que, o 40º será escrito pelo Messias, quando viesse, levaria a Bíblia à plenitude e perfeição do número 40. Talvez não valha a pena expor aqui a complexidade da escrituração da Bíblia Hebraica e do seu reconhecimento, afirmando-se apenas a sua realidade sacral. Na verdade, a implementação da Bíblia foi um trabalho árduo, de longa duração, por etapas, que só no Cativeiro de Babilónia (586-538) e depois foi levado a cabo por obra de sacerdotes e escribas. A Bíblia hebraica estaria completada aí entre o séc. III-II AC. Por aqui se poderá imaginar como foi difícil e longa também a empresa da tradução da Bíblia, do hebraico para o grego da *Koiné*, tanto mais que muitos judeus da Diáspora, no Egipto, já não falavam nem entendiam o hebraico, língua sagrada, suplantada que fora entre o povo pelo aramaico, e à tradução grega não era reconhecido o princípio da revelação ¹.

1 – Tradução da “Bíblia dos LXX”. Antes de mais, explicarei por que se chama “Bíblia dos LXX”. Isso baseia-se num livro apócrifo, datado do s. II AC, chamado “Carta de Aristeu”, sem dúvida um escrito apologético para defender a autoridade senão mesmo a revelação da dita tradução. Trata-se da lenda acerca dos 72 sábios enviados de Jerusalém, seis por cada uma das doze tribos de Israel (6x12=72/70), que, separados, cada um em sua tenda na ilha, apresentaram uma tradução absolutamente igual. Terá sido no tempo de Ptolomeu II, Filadelfo (285-246AC). Inicialmente, só foi traduzido o Pentateuco ou 5 livros da Lei, mas depois seguir-se-iam os outros. Sabemos que, no fim do s. II AC, o neto do Seracida (Eclesiástico), traduzia a obra do avô, mas informa que já corriam em grego o Pentateuco, os Profetas, e outros

¹ TREBOLLE BARRERA, Julio – *A Bíblia Judaica e a Bíblia Cristã. Introdução à história da Bíblia*, 2ª ed., Petrópolis, 1999.

livros segundo o Cânone hebraico (*Si. - Prol. 8-10*). No prólogo, que antecede a tradução do Eclesiástico ou Ben Sirac, o único livro de que se conhece o nome do autor, o neto que o traduziu deixou bem claro que, ao chegar ao Egito, “observou uma diferença não insignificante na instrução” e foi isso que o determinou a “concluir e publicar esta obra, para utilidade dos que, em terra estrangeira, querem instruir-se, reformar os seus costumes e viver segundo a Lei”.

Esta tradução dos LXX engloba sete livros apócrifos, que não eram conhecidos do hebraico, que os católicos chamam “Deuterocanônicos” e os protestantes “Pseudo-epígrafos”. São eles: Judite, Tobias, 1º e 2º dos Macabeus, Sabedoria, Eclesiástico ou Ben Sirac, Baruc, com mais alguns fragmentos de Ester e Daniel; todos eles são, indiscutivelmente, tardios e, muitas vezes, rotulados de apócrifos.

No princípio do s. I DC, Filão de Alexandria narra como os judeus do Egito vinham, anualmente, em frente da ilha de Faros “venerar o lugar onde, pela primeira vez, brilhou a luz desta tradução e agradecer a Deus este benefício antigo e sempre novo” (*Vita Moisis, 2,41*).

Há muitas discussões sobre quem mandou fazer a tradução e para quê. Sabe-se que segue um texto bastante diferente do hebraico-massorético, tanto mais que, pelas descobertas de Qumran, sabemos hoje que havia diversos e diferentes textos hebraicos. Como quer que seja, esta tradução grega não é um bloco homogêneo e uniforme, mas o ponto de chegada, a recolha dum longo e plural esforço, até porque se foram descobrindo fragmentos gregos, que revelam original diferente dos LXX.

Na tradução, primeiro foi o Pentateuco, depois os Profetas, os Hagiógrafos ou *Ketubym*, os Provérbios, Job, etc. O Livro de Daniel, escrito por volta de 164 AC, foi traduzido para grego de forma bastante livre. Quanto aos Salmos, a versão dos LXX é bastante literal em relação ao texto hebraico, e estabeleça uma numeração diferente. Em Qumran (Gruta XI), o Saltério ali encontrado mistura salmos canônicos com salmos não canônicos. As traduções latinas posteriores seguiram o texto dos LXX.

Pode, pois, dizer-se que a tradução dos LXX foi-se fazendo e por mãos diferentes em papiros e depois em códices, que, posteriormente, já no adiantado século IV-V do Cristianismo, serão conhecidos como Codex Sinaiticus, Alexandrinus, Vaticanus. Claro que, não raro, esta tradução acrescentou e fez paráfrases ao hebraico massorético, a “*Hebraica veritas*” de S. Jerónimo (fragmentos gregos de Ester, suplementos gregos de Daniel; oração de Azarias; Cântico dos três jovens na fornalha; história de Susana, de Baal e do dragão), mas permite afirmar que também havia textos

hebraicos diferenciados, como revelaram os documentos bíblicos de Qumran ². Tudo isso proporcionou um enriquecimento dos textos bíblicos, que os primeiros cristãos não desprezaram e aproveitaram até na exegese e interpretação da SE. Aliás, esta tradução grega permitiu que se salvassem livros ou escritos em hebraico ou em grego, que vieram alargar o âmbito da Bíblia hebraica com mais 7 livros, chamados **Deutero-canónicos, ou Pseudo-Epígrafos**, segundo os Protestantes, para não falar de outros textos claramente espúrios e apócrifos, como a Oração de Manassés e o 2º e 3º livros de Esdras. Alguns destes livros são nitidamente helenistas, como o Livro da Sabedoria, outros dão a conhecer factos da história hebraica (1 e 2º dos Macabeus, Eclesiástico ou Ben Sirac, Judite, Tobias, Sabedoria, Baruc), que, de outro modo, se teriam perdido e, hoje, servem para alentar a sobrevivência de Israel. São eles que levam o Cânone Católico da Bíblia a contar 46 livros no AT. A tradução dos LXX esteve, além disso, na origem das traduções de Áquila, Teodocião, Símaco e das Hexáplas de Orígenes, e animou a Escola teológica cristã de Alexandria entre os séculos III-V da Era Cristã, fomentando uma exegese bíblica espiritualizante e alegórica, muitas vezes em diferença e contraste com a Escola Antioquena, realista e humanista, o que se verifica principalmente na história das heresias. A tradução grega dos LXX foi, de facto, uma realização importantíssima para a difusão e conhecimento da Sagrada Escritura dos judeus; ela não teria sido possível sem o contributo do helenismo.

Bem pode, por conseguinte, dizer-se que “o homem criou a Bíblia” ³, tantos e tais são os problemas de crítica textual e literária, que ela nos apresenta nos diversos idiomas mais antigos.

2 – Filão de Alexandria (20 ac-50 DC). Trata-se dum bom exemplo de judeu helenizado ⁴. Era um judeu crente e procurava, de facto, conciliar a filosofia greco-platónica com a Bíblia, principalmente o Pentateuco, segundo método alegórico, vindo a influenciar Padres cristãos, como Orígenes e Clemente de Alexandria, com a doutrina do LÓGOS, isto é, da conciliação entre ciência e religião. Contam-se 36 escritos ou obras suas, entre as quais o “*De vita contemplativa*”, um dos mais influentes para os

² *Para compreender Os Manuscritos do Mar Morto*, Coordenação de Jaime Vásquez Allegue, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2005 (Trad. Do espanhol).

³ PALU, André – *E o homem criou a Bíblia. De Heródoto a Flávio Josefo*, Lisboa, Instituto Piaget, 2000 (Trad. Do francês).

⁴ DANIÉLOU, Jean – *Philon d’Alexandrie*, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1958.

movimentos ascéticos e monásticos antigos (*Terapeutas*)⁵, mas até livros de ciência como o “De agricultura”.

3 – Flávio Josefo (37-100 DC). Outro helenista famoso foi um judeu que, na luta do seu povo contra os romanos, se soube, camaleonicamente, adaptar aos invasores e depois se soube defender, descrevendo a guerra travada e dando uma visão grandiosa das instituições hebraicas. Sem renegar o judaísmo, aceitou o helenismo, e foi em grego que escreveu as suas obras, posteriormente muito conhecidas na tradição cristã: *De bello judaico; Antiquitates judaicae; Autobiografia*.

CONCLUSÃO.

Todo este movimento cultural, juntamente com o fenómeno da Diáspora, é que fez chegar a Bíblia, com toda a complexidade da sua redacção e tradução, ao movimento do Helenismo. Isto, porém, não teria sido possível sem o Pan-Helenismo e a ideia inicial e dinâmica, que levou à construção da lendária Biblioteca de Alexandria – coração cultural da humanidade na antiguidade -, o que enalteceu de tal modo o Pan-Helenismo, que até levou os nobres romanos a usar o grego como língua erudita, pois, como dizia o aforisma antigo, “*Gaecia victa vixit victores*”, isto é, a Grécia vencida é que, afinal, venceu os vencedores revelando-lhes a beleza da sua língua e a grandeza da sua cultura.

⁵ FILÓN DE ASLEJANDRIA – *Los terapeutas. De vita contemplativa*, Salamanca, Ediciones Sigueme, 2005.